

## TEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO: UM POSSÍVEL VIÉS PARA A TEOLOGIA PÚBLICA

*Felipe Gustavo Koch Buttelli\**

### Resumo

A Teologia Pública vem se consolidando no contexto teológico brasileiro como uma dentre tantas possíveis gramáticas para abordar o relacionamento entre teologia e sociedade. Além disso, se ocupa com a relação entre as igrejas, grupos religiosos, instituições vinculadas a igrejas ou mesmo indivíduos, motivados por sua fé, com o espaço público. Este trabalho pretende elaborar um viés para o exercício da mesma no contexto brasileiro que leve em conta o desenvolvimento humano e social como critério determinante para sua atuação e constituição. Diversas instituições têm adotado o desenvolvimento como critério para definir sua relação e sua incidência na sociedade. Assim, este artigo pretende sugerir a perspectiva do desenvolvimento como um possível desafio para uma Teologia Pública que visa manter-se vinculada com a tradição teológica latino-americana naquilo que lhe é mais fundamental, o desenvolvimento integral daquelas pessoas injustiçadas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Teologia Pública. África do Sul.

### Abstract

The Public Theology is consolidating in Brazilian theological context as one among many possible grammars to address the relationship between theology and society. Furthermore, it deals with the relationship between the churches, religious groups, institutions linked to churches or even individuals, motivated by their faith, and the public space. This paper intends to suggest a possibility of experiencing public theology in Brazilian context taking into account the human and social development as a criterion for its performance and constitution. Several institutions have adopted development as a criterion to define their relationship to and their impact on society. Thus, this article suggests the perspective of development as a possible challenge to a public theology that seeks to keep connected with the Latin American theological tradition on a fundamental aspect of it, the integral development of those wronged people.

**Keywords:** Development. Public Theology. South Africa.

### Uma breve discussão sobre a questão do desenvolvimento no Brasil

A discussão sobre desenvolvimento no Brasil e na América Latina não é nova. Muito pelo contrário. Há uma extensa discussão que consta, inclusive, como

---

\* Teólogo brasileiro evangélico-luterano, formado pelas Faculdades EST. Mestre em teologia prática pela mesma instituição. Atualmente realizando pesquisa de doutorado em teologia sistemática nas Faculdades EST sobre teologia pública em um diálogo entre Brasil e África do Sul, sob orientação de Rudolf von Sinner. Realizou período de doutorado sanduíche na Universidade de Stellenbosch, na África do Sul, sob supervisão de Clint Le Bruyns. É professor no curso de Ciências da Religião do Centro Universitário Municipal de São José/SC. Bolsista da CAPES e do CNPq. felipebuttelli@yahoo.com.br.

pano de fundo das primeiras sistematizações da teologia da libertação. Gustavo Gutiérrez é um dos pioneiros nesta leitura crítica que a teologia da libertação faz da idéia de desenvolvimento prevalecente no final da década de 1960<sup>1</sup>. Gutiérrez dedica um capítulo de sua obra principal à explicação das razões que o levaram a rejeitar a adoção da ideia de desenvolvimento em prol de um paradigma de libertação. Na década de 1960, a discussão sobre desenvolvimento estava pautada no pressuposto de que os países pobres, subdesenvolvidos, deveriam investir na industrialização para superar o atraso em relação aos países ricos, desenvolvidos.

Gutiérrez caracteriza três discursos mais claros a respeito de desenvolvimento que circulavam na época. O primeiro é desenvolvimento como *crescimento econômico*<sup>2</sup>. Um segundo é o desenvolvimento como *processo social global* que compreende aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Uma terceira perspectiva, em sua visão, seria aparentemente mais positiva que as outras, trata-se da *humanística*. Esta percepção enseja “uma visão histórica em que a humanidade é vista assumir seu próprio destino. Isto, porém, leva justamente a uma mudança de perspectiva, que – por meio de certas correções e a inclusão de outros elementos – preferiríamos designar com o termo libertação.”<sup>3</sup> Ou seja, a discussão sobre desenvolvimento está mesmo no centro da elaboração da gramática da libertação.

A crítica mais contundente se deve ao fato de que a teoria do desenvolvimento levou, no campo da política e economia, ao que veio se convencionar por *desenvolvimentismo*. Este “foi com freqüência promovido por organismos internacionais em estreita relação com os grupos e governos que têm em mãos a economia mundial.”<sup>4</sup> Havia uma larga constatação de que as políticas econômicas desenvolvimentistas falharam<sup>5</sup>. Nas ciências sociais foi sugerida a teoria da dependência<sup>6</sup>, a qual identificava uma relação entre a riqueza ou desenvolvimento dos países ricos, centrais no mapa do capitalismo mundial, e os países pobres, subdesenvolvidos, periféricos no mapa do capitalismo. Este contexto

---

<sup>1</sup> GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. 4<sup>o</sup> Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

<sup>2</sup> GUTIÉRREZ, 1984, p. 31.

<sup>3</sup> GUTIÉRREZ, 1984, p. 32.

<sup>4</sup> GUTIÉRREZ, 1984, p. 33.

<sup>5</sup> Instauradas no Brasil já desde a década de 30 com Getúlio Vargas e com Juscelino Kubitschek na segunda metade da década de 50, o qual prometera desenvolver “50 anos em 5”, geraram um crescimento da indústria, mas não conseguiram fazer com que o Brasil se tornasse menos desigual.

<sup>6</sup> Uma das principais obras é CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

em que intelectuais latino-americanos começam a pensar mais efetivamente sobre as soluções de suas próprias mazelas, leva Gutiérrez a formular:

Só uma quebra radical do presente estado de coisas, uma transformação profunda do sistema de propriedade, o acesso ao poder da classe explorada, uma revolução social que rompa com tal dependência, pode permitir acesso a uma sociedade diferente, a uma *sociedade socialista*. [...] falar de processo de libertação começa a parecer mais adequado e mais rico de conteúdo humano. Libertação exprime, com efeito, o iniludível momento da *ruptura*, alheio ao uso corrente do termo desenvolvimento. Só então, no contexto desse processo, pode uma política de desenvolvimento realizar-se eficientemente, adquirir sentido e evitar uma formulação enganosa.<sup>7</sup>

A sugestão de Gutiérrez de que libertação seja uma expressão mais adequada do que desenvolvimento está baseada, portanto, em três elementos fundamentais: 1) As percepções correntes de desenvolvimento baseavam-se na premissa de que os países subdesenvolvidos deveriam efetivar uma revolução industrial atrasada para modernizar-se e, deste modo, entrar na ordem capitalista mundial, crescendo economicamente; 2) a teoria da dependência demonstrava que essa percepção de desenvolvimento manteria os países subdesenvolvidos num estágio sempre atrasado e empobrecido em relação aos países ricos, uma vez que estes dependiam dos primeiros para sustentar seus padrões de consumo; 3) era necessário romper com a sociedade capitalista e proceder com a revolução socialista, ao exemplo de outras nações que já o fizeram, essa ruptura foi designada por libertação. Somente após estes processos se efetivarem faria algum sentido falar em desenvolvimento humanístico. Isso o levou a concluir:

Em face disso, o termo desenvolvimento e sobretudo a política chamada desenvolvimentista parecem algo inócuos e portanto falseadores de uma realidade trágica e conflituosa. A questão do desenvolvimento encontra, com efeito, seu verdadeiro lugar na perspectiva mais global, profunda e radical, da libertação; só nesse marco, o desenvolvimento adquire seu verdadeiro sentido e acha possibilidades de plasmação.<sup>8</sup>

Aparentemente, Gutiérrez já havia indicado quase trinta anos atrás o que Amartya Sen dissera em 1999 quando caracterizou a finalidade do desenvolvimento como libertação e o exercício da liberdade como o meio para o desenvolvimento. É necessário refletir se as condições que Gutiérrez colocou como fundamentais para se falar sobre um possível desenvolvimento mais positivo para o ser humano são ainda uma real aspiração das sociedades democráticas. Enio Mueller mencionava

<sup>7</sup> GUTIÉRREZ, 1984, p. 34. Grifo nosso.

<sup>8</sup> GUTIÉRREZ, 1984, p. 44.

que Gutiérrez já em 1984 não se apegava com tanto fervor à teoria da dependência que, invariavelmente, não se renovou ou atualizou para responder às questões de sua época. Enio questiona: “teria isto que ver com os ‘fatos históricos’ que, segundo ele, ‘esbateram ilusões’ e pressionaram no sentido de ‘novas e mais realistas pesquisas’”?<sup>9</sup>

O contexto atual tem sugerido uma retomada das discussões sobre que tipo de desenvolvimento que é mais adequado. Uma recente publicação de cientistas políticos brasileiros e sul-africanos procurou formular um conceito de “hegemonia às avessas” para caracterizar a realidade que se criou em países como Brasil e África do Sul, em que a antiga esquerda, que lutou nos períodos de repressão política, tomou o poder com um projeto de reconstrução dos países pautada em agendas mais sociais. Para eles analisar a transformação política da África do Sul pode auxiliar a perceber os processos políticos em que a realidade brasileira acabou embarcando.

Talvez estejamos assistindo à construção de uma “hegemonia às avessas” típica da era da globalização. A África do Sul provavelmente anunciou essa hegemonia às avessas: enquanto as classes dominadas tomam a “direção moral” da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada. As classes dominadas no país, que se confundem com a população negra, derrotaram o *apartheid*. [...] E, no entanto, o governo sul-africano oriundo da queda do *apartheid* rendeu-se ao neoliberalismo. [...] Assim, a liquidação do *apartheid* mantém o mito da capacidade popular para vencer seu temível adversário, enquanto legitima a desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso.<sup>10</sup>

Para Francisco de Oliveira, isso parece um fato novo, uma vez que são os “antigos” dominados que tomaram o domínio, dão “direção moral”<sup>11</sup> à política, controlam empresas estatais, dispõem de câmaras de deputados e senados poderosos, enfim, parece que os dominados são os próprios capitalistas que se beneficiam da ordem econômica atual. Por esta razão, Patrick Bond elabora uma crítica forte ao que chama de Estado desenvolvimentista da África do Sul:

É sempre fácil aplaudir a retórica na África do Sul, onde a ideia de “discursar como esquerdista” enquanto se “caminha como direitista” corresponde à crítica feita por Franz Fanon ao nacionalismo africano. A

<sup>9</sup> MUELLER, Enio. *Teologia da Libertação e Marxismo*. Uma relação em busca de explicação. Vol 7 série teses e dissertações. São Leopoldo: IEPG/Editora Sinodal, 1996. p. 26

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às Avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (orgs.) *Hegemonia às Avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 24.

<sup>11</sup> Essa expressão nos remete ao fato de que Mandela chamou as lideranças religiosas, que reclamavam do retrocesso na política econômica, a um procedimento de renovação da “fibra moral” da nação. A África do Sul precisava de uma regeneração moral e não mais econômica.

outra realidade, a dura realidade dos sul-africanos comuns, simplesmente não foi disfarçada pela propaganda do “Estado desenvolvimentista”. De fato, o que esses fenômenos representam é um regime neoliberal duradouro que agrava sistematicamente o fardo do povo, enquanto adota políticas que beneficiam o capital sediado no exterior.<sup>12</sup>

Aparentemente foi esse o mesmo processo que houve no Brasil. Quando Lula chegou ao governo havia expectativas profundas de que uma agenda de recuperação daquelas pessoas que sofrem seria adotada. Havia inclusive “medo” de quais seriam os resultados das políticas adotadas pelo presidente que representava a chegada da esquerda ao poder. Comentando sobre essa esperança, inclusive de desenvolvimento social, que tomou a América Latina nos anos 2000, Renato Boschi comenta:

Deve-se salientar que foi precisamente a ênfase na dimensão social em termos de propostas de políticas de transferência de renda e de inclusão de amplos segmentos excluídos (em linhas étnicas ou de outras naturezas) um dos fatores subjacentes à guinada do eleitorado à esquerda, na medida em que eram componentes centrais e distintivos da plataforma dos candidatos de esquerda. A nova agenda ficou assim definida por uma preocupação com a retomada do crescimento *num modelo de desenvolvimento* no qual as políticas sociais assumem lugar estratégico. Por outro lado, a agenda inclui também [...] a manutenção e o compromisso com a estabilidade, fato que, no contexto altamente competitivo da globalização, limita sobremaneira os graus de liberdade para a implementação de políticas voltadas ao crescimento<sup>13</sup>.

Assim, percebe-se que uma forte percepção de desenvolvimentismo está por detrás das políticas adotadas pelo governo reconhecido como de “esquerda” de Lula. Ou seja, o projeto de esquerda latino-americano chegou ao poder com uma proposta de desenvolvimento social e econômico baseado na necessidade de crescimento econômico. De fato, tem-se questionado se a percepção preponderante de desenvolvimento que pauta as políticas dos governos Lula-Dilma é a mais adequada. Por esta razão, o Instituto Humanitas da Unisinos fez uma série de entrevistas com cientistas políticos e economistas para compreender qual tipo de percepção de desenvolvimento subjaz nas políticas econômicas e de incentivo ao crescimento do Estado brasileiro<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> BOND, Patrick. A Desorientação do “Estado Desenvolvimentista” na África do Sul. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (orgs.) *Hegemonia às Avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 317.

<sup>13</sup> MELO, Carlos R.; SÁEZ, Manuel A.; *A Democracia Brasileira - Balanços e perspectivas para o século 21*. Belo BOSCHI, Renato R. Capacidades Estatais e Políticas de Desenvolvimento no Brasil. Tendências recentes. In: MELO Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 307.

<sup>14</sup> INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *IHU Online*. O desenvolvimentismo em debate. Nº 392. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2012. Disponível em <<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?secao=392>> Data de Acesso: 25/08/2012.

A caracterização da realidade econômica e social brasileira está em disputa. Enquanto alguns economistas e sociólogos percebem consideráveis avanços sociais no Brasil, outros reconhecem que o projeto atual não está sendo tão efetivo quanto se anuncia. Jorge Iulianelli faz uma caracterização das percepções de pobreza no Brasil e como isso afetou o modo de abordagem que se adota para sua superação. O autor sugere que “os conceitos de pobreza utilizados não contribuem para a superação da desigualdade social”<sup>15</sup> Em sua leitura, mesmo durante o governo de Lula que “por meio de políticas compensatórias, realiza a maior distribuição de renda já ocorrida na história do país [...] o desafio de superação do paradigma gerador de concentração de riqueza, poder e conhecimento permanece em sociedades como a brasileira.”<sup>16</sup> Muito pelo contrário, as políticas econômicas de Collor, FHC e Lula asseguraram a continuidade de um processo de concentração de renda e de “transferência de renda dos pobres para os ricos”<sup>17</sup>.

O autor percebe o necessário papel da sociedade civil e, em especial, das igrejas e entidades religiosas, em tomar o espaço público para pleitear por políticas de desenvolvimento que levem à superação das desigualdades de acesso ao que o país tem produzido. Amartya Sen manifesta bem essa premissa de que não se trata de superar um sistema econômico globalizado que somente acentua a pobreza. A questão não trata unicamente de libertar-se ou rejeitar a globalização, como o autor afirma, mas de gerar acesso igualitário aos benefícios que ela pode oferecer. Ele afirma que:

O ponto central da controvérsia não é a globalização em si, nem o uso do mercado como instituição, mas a desigualdade no equilíbrio geral dos arranjos institucionais – que produz uma divisão muito desigual dos benefícios da globalização. A questão não é somente se os pobres também ganham alguma coisa com a globalização, mas se nela eles participam equitativamente e dela recebem oportunidades justas.<sup>18</sup>

Talvez esta seja uma abordagem mais pertinente para falarmos de libertação e desenvolvimento na sociedade contemporânea. É preciso reduzir as desigualdades tão gritantes e os desiguais acessos àquilo que se pode produzir

---

<sup>15</sup> IULIANIELLI, Jorge Atilio Silva. Pobreza, Riqueza e Economia. Uma revisão da literatura sobre causalidades da pobreza no Brasil. In: MASHNA, Rogate; GIESE, Nilton. (org.) *Pobreza, Riqueza e Ecologia*. Perspectivas Ecumênicas da América Latina e Caribe. São Leopoldo/Quito: Sinodal/CLAI, 2009a. p. 99.

<sup>16</sup> IULIANIELLI, 2009a, p. 100.

<sup>17</sup> IULIANIELLI, 2009a, p. 101.

<sup>18</sup> SEN, Amartya. Como Julgar a Globalização. In: SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. *As Pessoas em Primeiro Lugar*. A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 32.

hoje, com tanta informação e tecnologia disponíveis. Há uma “janela de oportunidades” que se criou no Brasil, na América Latina e na África do Sul aberta para quebrarmos algumas hegemonias que persistem em criar acesso desigual e insustentável aos recursos de que o ser humano dispõe, sejam eles quais forem.

E nesse processo a religião e as igrejas, bem como a reflexão teológica, podem auxiliar de modo especial. Duas manifestações bastante incisivas neste sentido, que não vêm necessariamente de teólogos ou teólogas, remetem ao fato de que talvez esta consciência esteja mais presente fora do meio teológico do que em nossas próprias reflexões. Talvez estejamos ainda olhando muito para o passado, com séria debilidade em apresentar contribuições aos desafios atuais que nos interpelam. A primeira é do economista argentino Bernardo Kliksberg – assessor de diversos órgãos de desenvolvimento – que apresenta uma interessante leitura do papel das religiões em relação à dívida social.

Ao lado do seu trabalho direto em prol dos desfavorecidos, essas visões sociais religiosas possuem outro impacto de proporções que não têm como ser mensuradas. Estão colocando a “questão ética” para o conjunto da humanidade. Não é possível que em um mundo com tantas possibilidades haja tanta dor, diariamente, para tantas pessoas. A economia não está funcionando como deveria, ou seja, para todos os seres humanos e para a integridade de cada ser humano. *Essa consciência vigilante, que denuncia e que é a cada dia mais propositiva* por parte de amplos setores religiosos levanta questões cujas respostas não podem mais ser adiadas.<sup>19</sup>

É, portanto, possível visualizar também desde o contexto atual brasileiro e latino-americano contribuições que a teologia, as igrejas e entidades religiosas podem fornecer na construção de um desenvolvimento que esteja mais centrado na geração de acesso justo e igualitário, de modo sustentável, às riquezas naturais e humanas. Ainda que essa semântica de desenvolvimento esteja em disputa<sup>20</sup>, e talvez por isso mesmo, é preciso que a teologia pública forneça referências para balizar a discussão e sugerir modos mais adequados de abordarmos o desenvolvimento, para que sejam superados os mencionados paradigmas que há tempos criam mais pobreza e miséria do que igualdade e justiça. Essa discussão já

---

<sup>19</sup> KLIKSBERG, Bernardo. As Religiões e a Dívida Social do Nosso Tempo. In: SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. *As Pessoas em Primeiro Lugar. A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 402-403. Grifo nosso.

<sup>20</sup> Menciona-se aqui a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio +20 (realizada de 13 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro) que teve forte presença de movimentos sociais e de entidades ecumênicas e religiosas, o que demonstra que o tema realmente está em pauta e não formularmos propostas adequadas para a percepção de desenvolvimento pode levar à perpetuação de modelos que geram concentração de renda, desigualdade e danos ao ambiente.

tem sido feita de modo incipiente, mas bastante inspirador, pela Koinonia, agência ecumênica e de serviços. Em recente publicação, organizada por Jorge Iulianielli, é sugerida uma percepção de desenvolvimento transformador, que organiza-se em torno da superação da pobreza e da desigualdade, focado nos seguintes itens: 1) é necessária participação; 2) a capacidade de desenvolvimento por si, sem auxílio externo que cria dependência; 3) Não-discriminação; 4) igualdade de gênero; 5) sensibilidade cultural e espiritual; 6) proteção dos direitos humanos; 7) mobilização em torno da defesa de causas, como pobreza e justiça; 8) promover paz e reconciliação; 9) comunicação efetiva e 10) sustentabilidade ambiental<sup>21</sup>. Construída em torno desses eixos principais, a noção de desenvolvimento transformador é para Iulianielli a seguinte:

Como podemos notar o conceito de desenvolvimento transformador assume a correlação de políticas econômicas redistributivas, políticas de reconhecimento (das diferenças), políticas de justiça ecológica (ou socioambiental), numa ótica integrada com a promoção dos direitos humanos, em sua integralidade. Ou seja, para a comunidade ecumênica o fundamental é que toda a vida seja promovida e preservada em qualquer processo que mereça o nome de desenvolvimento, qualquer que seja o seu adjetivo, e especialmente sob o adjetivo transformador. Para a comunidade ecumênica o desenvolvimento não é uma ação isolada dos principais agentes econômicos (capitalistas), nem das relações inerentes entre estes e o Estado. O desenvolvimento é parte da ação da sociedade civil, na qual estão incluídas as comunidades de crença religiosa. A religião é parte mesmo dos processos socioeconômicos e socioambientais do desenvolvimento transformador.<sup>22</sup>

## Teologia e Desenvolvimento

Após uma breve discussão sobre a questão do desenvolvimento no contexto brasileiro, resta realizar uma breve leitura teológica, em diálogo com a reflexão teológica sul-africana, a respeito dos intentos e das raízes filosóficas que estão presentes nesta prática discursiva. Neste percurso nos auxiliará Steve de Gruchy<sup>23</sup>. Neste ensaio, De Gruchy realiza cinco movimentos muito úteis pra nossa reflexão. Inicialmente, aponta para a origem da ideia de “direito a desenvolvimento” que

<sup>21</sup> IULIANIELLI, Jorge A. S. (Org.) *Contribuições Ecumênicas para o Desenvolvimento Transformador*. Rio de Janeiro: KOINONIA: Presença Ecumênica e Serviço, 2009b. p. 29-30.

<sup>22</sup> IULIANIELLI, 2009b, p. 30.

<sup>23</sup> DE GRUCHY, Steve. Like Moses, We Always Parish Outside the Promised Land: Reinhold Niebuhr and the contribution of Theology to Development. In: HOLNESS, Lyn & WÜSTENBERG, Ralf. (Eds.) *Theology in Dialogue: The impact of the arts, humanities, and science on contemporary religious thought*. Essays in honour of John de Gruchy. Cape Town/Cambridge: David Philip Publishers/Grand Rapids, 2002. p. 133-148.

surgiu nos debates da ONU sobre os objetivos para o milênio. O autor percebe que enquanto as Nações Unidas traziam à agenda internacional a prática de desenvolvimento, a situação político-econômica do chamado terceiro mundo piorou, aumentando a desigualdade social e levando mais pessoas à marginalidade. Após descrever números e realidades em que práticas de desenvolvimento acabaram quase que por piorar a situação em que deveriam auxiliar, o autor considera:

o “direito a desenvolvimento” como promovido na Declaração do Milênio é, assim, uma noção muito suspeita. Pois depois de todas as décadas de desenvolvimento o impacto foi a piora da situação das nações e pessoas pobres e o contínuo aumento da prosperidade e do consumo entre as nações ricas e a elite rica no Terceiro Mundo.<sup>24</sup>

Em um segundo movimento, De Gruchy dialoga com Gilbert Rist que em sua obra *a História do Desenvolvimento*<sup>25</sup> constata a falha do desenvolvimento enquanto ferramenta para superar as desigualdades, a injustiça e a situação de marginalidade, miséria e sofrimento que vivencia a maioria das pessoas no mundo, sobretudo no hemisfério sul. O argumento interessante de Rist é que a noção de desenvolvimento está mesmo atrelada profundamente com o coração, com o núcleo da visão do mundo moderno ocidental secularizado. Após a Revolução Industrial, passando por duas guerras mundiais, os conceitos podem ter se transmutado, mas oferecem a mesma abordagem evolucionista que está no centro do discurso moderno. De Gruchy resume o raciocínio assim:

A Primeira Guerra Mundial pôs um fim ao colonialismo nu, mas a Liga das Nações que o sucedeu o substituiu com a noção de mandatos. A nações mais poderosas foi dada autoridade “para cuidar” de nações menos poderosas. Então, depois da Segunda Guerra Mundial, a relação binária de “colonizadores” e “colonizados” foi completamente substituída pela de “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. Nações desenvolvidas eram convocadas a assistir nações subdesenvolvidas a desenvolver-se e tornarem-se “como elas”. Este era agora o significado de progresso, e instituições inteiras foram criadas nas Nações Unidas para atingir isso, enquanto ajuda de desenvolvimento era oferecida como uma solução para o subdesenvolvimento.<sup>26</sup>

O terceiro movimento que De Gruchy apresenta é uma caracterização do desenvolvimento enquanto um mito religioso do ocidente. O processo de secularização que tomou conta dos países do hemisfério norte após as Revoluções Francesa e Industrial acabou substituindo esperanças e crenças religiosas por

<sup>24</sup> DE GRUCHY, 2002, p. 135.

<sup>25</sup> RIST, Gilbert. *The History of Development: from Western Origins to Global Faith*. London & New York: Zed Books, 2002.

<sup>26</sup> DE GRUCHY, 2002, p. 136-137.

esperanças e crenças seculares. Desenvolvimento é uma das noções da “religião da modernidade” aliada a outras como as ideias de progresso, crescimento e de noções lineares e evolutivas da história. E neste ponto, o autor sugere que as contribuições feitas pelo teólogo norte-americano Reinhold Niebuhr podem auxiliar a desconstruir os mitos da modernidade que tornaram o desenvolvimento como uma “obrigação” aos países ricos, numa tentativa de tornar os países pobres – fruto das dinâmicas que surgiram no capitalismo pós-revolução industrial – como os países ricos.

Segundo a leitura de Niebuhr, pode-se auferir que o pressuposto do desenvolvimento está vinculado à noção moderna de que a história é espaço para a redenção do ser humano, que através das técnicas e do domínio proporcionado pela razão sobre os fatos e eventos históricos, o ser humano tem o poder de mudar a história positivamente. Nas palavras de Niebuhr:

A cultura moderna [...] acredita que o processo histórico é tal que garante o cumprimento último de todos legítimos desejos humanos. Ela acredita que história, como tal, é redentora. Os homens (sic) podem estar frustrados hoje, podem viver na pobreza e em conflito, e podem sentir que eles “levam seus anos a um fim como um conto que é contado.” Mas o homem moderno (sic) está certo de que haverá um amanhã no qual pobreza e guerra e toda injustiça será abolida. Utopia é a simples resposta a qual a cultura moderna oferece em vários disfarces para o problema da frustração última do homem (sic).<sup>27</sup>

Ora, de acordo com essa caracterização, não só a noção de desenvolvimento é profundamente moderna e, por isso, sujeita à crítica de que carrega em seu cerne a noção evolucionista, de progresso, a crença no poder redentor da história, do ser humano enquanto ser racional que tem controle sobre o destino da humanidade, mas também a gramática da libertação adotada pela teologia latino-americana. Ambas são profundamente modernas. Por isso, é necessário desenvolvermos uma gramática pós-moderna na teologia pública, que venha a superar as raízes colonialistas no pensamento teológico. Deve ser, portanto, uma teologia pós-colonialista, superando os vícios de que devemos atingir características discursivas no nosso fazer teológico semelhantes às dos antigos colonizadores. A teologia pública feita no Brasil deve cuidar para não aderir a pautas estranhas, que não falem à realidade brasileira, a agendas outras do que aquelas que falam a respeito das nossas próprias questões. Deve adotar também uma

---

<sup>27</sup> NIEBUHR, Reinhold. *Mystery and Meaning*. In: *Discerning the Signs of the Times: Sermons for Today and Tomorrow*. New York: Charles Scribner's Sons, 1946. p. 144-145.

perspectiva pós-desenvolvimentista<sup>28</sup>, no sentido de desconstruir a noção moderna de desenvolvimento.

Os dois últimos movimentos mencionados por De Gruchy são mais teológicos e representam uma maneira de a teologia contribuir na superação de um paradigma moderno de desenvolvimento. O pecado<sup>29</sup> é, para Niebuhr, a razão pela qual o projeto moderno de desenvolvimento, ou redenção dentro da história, torna-se sempre uma frustração e não se realiza de acordo com a possibilidade de previsão e de efetivação que nossa racionalidade permite.

Assim, o quarto movimento sugerido por De Gruchy, desde a crítica de Niebuhr à modernidade e à ideia de redenção na história, é uma desconstrução do falso credo de redenção através do desenvolvimento. O ser humano acaba incorrendo em pecado, uma vez que atribui a si mesmo aquilo que não lhe é passível de realizar (redenção), está fora das suas características contingenciais. Não somos capazes de construir o Reino de Deus em sua completude, necessitamos da ação redentora de Deus. Não somos suficientemente capazes de construir uma realidade sem mazelas. Mais que isso, agindo nesta perspectiva, somos capazes de ferir mais e causar mais danos, uma vez que somos arrogantes, auto-suficientes e balizamos o desenvolvimento alheio pela nossa própria percepção do que venha a ser bom.

Em outras palavras, mesmo na luz da cruz de Cristo a história não está se movendo progressivamente para maiores e maiores possibilidades de amor, verdade, e justiça, mas, antes disso, continua a exibir o mesmo potencial de criatividade e destruição. A fé cristã “acredita que o Reino de Deus vai finalmente resolver as contradições da história; mas para isso o Reino de Deus não é simples possibilidade histórica” [...] Com isso como parte do evangelho, a teologia cristã não tem outra opção senão desconstruir o falso credo de redenção através do desenvolvimento.<sup>30</sup>

O último movimento sugerido por De Gruchy, que encerra essa reflexão provisória sobre a possibilidade de se falar em uma teologia pública enquanto teologia para o desenvolvimento, é uma reconstrução do desenvolvimento enquanto prática da democracia. O realismo de Niebuhr é bastante baseado na ética das boas

<sup>28</sup> Uma interessante reflexão, que poderia ser refletida em outro espaço, representa razoavelmente o “estado da obra” acerca dos estudos sobre desenvolvimento na atualidade, com a qual a presente abordagem tem profunda identificação. cf. RAHNEMA, Majid; BAWTREE, Victoria (eds.) *The Post-Development Reader*. Cape Town: David Philip, 1997.

<sup>29</sup> Pecado é, em sua concepção, “o colapso da tensão ansiosa na inevitável, embora não necessária, reivindicação por sentido universal e transcendente para uma relativa reação contingente, limitada e histórica”. DE GRUCHY, 2002, p. 142.

<sup>30</sup> DE GRUCHY, 2002, p. 145.

obras de Martim Lutero, bem como em sua percepção de liberdade cristã. O ser humano só pode agir construtivamente na realidade uma vez que se despe da arrogância de achar que por si só consegue fazer o que é bom. Necessitamos do amor redentor de Deus que nos liberta da tentação de queremos nos justificar pelas nossas próprias obras. Agir na democracia para o desenvolvimento seria, em nossa formulação, uma ação do ser humano redimido por Deus que age no mundo por amor, gratidão e humildade. Essa é uma contribuição fundamental da fé cristã que atua no espaço público. Assim nós somos agentes livres de transformação social, uma vez reconhecida a contingência humana e o pecado como circunstância em que vivemos. A democracia é o lugar, o espaço adequado para o exercício dessa liberdade que Deus atribui pela justificação. É no espaço democrático que a contribuição cristã pode contribuir criticamente com as percepções de desenvolvimento existentes.

## Referências

BOND, Patrick. A Desorientação do “Estado Desenvolvimentista” na África do Sul. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (orgs.) *Hegemonia às Avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

DE GRUCHY, Steve. Like Moses, We Always Parish Outside the Promised Land: Reinhold Niebuhr and the contribution of Theology to Development. In: HOLNESS, Lyn & WÜSTENBERG, Ralf. (Eds.) *Theology in Dialogue: The impact of the arts, humanities, and science on contemporary religious thought*. Essays in honour of John de Gruchy. Cape Town/Cambridge: David Philip Publishers/Grand Rapids, 2002.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. 4º Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *IHU Online*. O desenvolvimentismo em debate. Nº 392. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2012. Disponível em <<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?secao=392>> Data de Acesso: 25/08/2012.

IULIANIELLI, Jorge Atilio Silva. Pobreza, Riqueza e Economia. Uma revisão da literatura sobre causalidades da pobreza no Brasil. In: MASHNA, Rogate; GIESE, Nilton. (org.) *Pobreza, Riqueza e Ecologia*. Perspectivas Ecumênicas da América Latina e Caribe. São Leopoldo/Quito: Sinodal/CLAI, 2009a.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Contribuições Ecumênicas para o Desenvolvimento Transformador*. Rio de Janeiro: KOINONIA: Presença Ecumênica e Serviço, 2009b.

KLIKSBERG, Bernardo. As Religiões e a Dívida Social do Nosso Tempo. In: SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. *As Pessoas em Primeiro Lugar*. A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MELO, Carlos R.; SÁEZ, Manuel A.; BOSCHI, Renato R. Capacidades Estatais e Políticas de Desenvolvimento no Brasil. Tendências recentes. In: MELO Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MUELLER, Enio. *Teologia da Libertação e Marxismo*. Uma relação em busca de explicação. Vol 7 série teses e dissertações. São Leopoldo: IEPG/Editora Sinodal, 1996.

NIEBUHR, Reinhold. Mystery and Meaning. In: *Discerning the Signs of the Times: Sermons for Today and Tomorrow*. New York: Charles Scribner's Sons, 1946.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às Avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (orgs.) *Hegemonia às Avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

RAHNEMA, Majid; BAWTREE, Victoria (eds.) *The Post-Development Reader*. Cape Town: David Philip, 1997.

RIST, Gilbert. *The History of Development: from Western Origins to Global Faith*. London & New York: Zed Books, 2002.

SEN, Amartya. Como Julgar a Globalização. In: SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. *As Pessoas em Primeiro Lugar*. A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.